

# HUME : CETICISMO E DEMARCAÇÃO

*Jonas Gonçalves Coelho\**

**Resumo :** Propomo-nos a mostrar que, ao contrário do que supõe o senso comum, é possível separar o problema da cientificidade do problema da verdade, ou seja, podem-se estabelecer critérios de acordo com os quais um conhecimento é legítimo, embora não se possa nunca saber se ele ou qualquer outro é verdadeiro; pode-se, ainda, aplicar esses mesmos critérios para identificar e desqualificar pseudoconhecimentos. Para tratar dessa temática familiar à Filosofia da Ciência, tomamos como exemplo um pensador que lhe é precursor, o filósofo empirista do século XVIII, David Hume.

**Unitermos:** Demarcação; ciência; metafísica; empirismo; ceticismo.

---

**Abstract:** *We intend to show that, on the contrary to what the common sense presumes, it is possible to separate the problem of the science nature from the problem of truth, that is, one can establish criteria according to which a knowledge is legal, although one can never know whether it, or another, is true, and apply the same criteria to identify and disqualify pseudo-knowledge. In order to deal with this question, familiar to the Philosophy of Science, we took as an example a thinker who is a predecessor, the empiricist philosopher of the XVIII century, David Hume.*

**Keywords:** *Demarcation; science; metaphysics; empiricism; cepticism.*

---

## Introdução

Com muita frequência, confundem-se as questões da cientificidade e da verdade, considerando-se, automaticamente, que as teorias científicas são, enquanto tal, verdadeiras, ou seja, que elas correspondem à realidade existente por si só, independentemente da subjetividade. Mas o que a história dos debates sobre a natureza da ciência nos mostra é um divórcio entre essas duas questões. Em outras palavras, muitos pensadores renunciaram à pretensão de que seja possível estabelecer a verdade de uma teoria científica, não deixando, por isso, de definir e caracterizar a ciência, distinguindo-a da metafísica - metafísica racional e teologia - e atribuindo a ela o estatuto de conhecimento legítimo.

Propomo-nos, no presente artigo, a tratar da autonomia entre os problemas da verdade e da cientificidade, conforme o pensamento de David Hume (1748), filósofo do século XVIII, que inspirou algumas das críticas contemporâneas à concepção indutivista de ciência, passo fundamental para o surgimento de outras caracterizações da atividade científica. A filosofia de Hume é qualificada como empirista, tendo em vista o privilégio que concede à experiência no processo de conhecimento, e como cética, graças aos significativos limites que estabelece para as várias formas de conhecimento, inclusive para o próprio conhecimento experimental<sup>1</sup>. Em Hume, deparamo-nos com algo que, a princípio, é inesperado e até surpreendente: ao mesmo tempo que privilegia a experiência, considerando-a como a única fonte legítima de conhecimento dos fatos, o filósofo mostra que não há como provar, de maneira definitiva, que o conhecimento dela proveniente seja verdadeiro. Decorre daí que as

---

*\*Professor Assistente Doutor do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação/ UNESP - Campus Bauru (e-mail: jonas@omnicom.com.br).*

<sup>1</sup> Trataremos apenas dos aspectos do ceticismo de Hume que servem para os fins do presente trabalho.

teorias científicas sejam consideradas como crenças legítimas, diferentemente das teses metafísicas, qualificadas como crenças “sem fundamento”, como “ficções da imaginação”.

Entendendo que um componente importante de uma explicação científica é a atribuição de causa ou causas para os fenômenos, começaremos por mostrar a relação que Hume estabelece entre a causalidade e a experiência e, a seguir, as implicações daí decorrentes, tanto para a ciência quanto para a metafísica<sup>2</sup>.

## Causalidade e experiência

Consideremos que as ciências se propõem a explicar os fenômenos da natureza, que a explicação de um fenômeno envolve a identificação da causa ou das causas que o produzem, sendo aquele o efeito, e que a causa é, conforme os termos de Hume, “algum poder em um deles pelo qual infalivelmente produz o outro e atua com a máxima certeza e a mais forte necessidade” (p.101). Sendo assim, coloca-se a seguinte questão: podemos estabelecer, de maneira definitiva, a causa de um fenômeno, ou seja, é possível saber se existe uma conexão causal entre fenômenos? Essa questão remete a uma outra: Como estabelecemos uma ligação causal entre dois fenômenos, isto é, “como chegamos ao conhecimento da causa e do efeito” (p. 79)? Como veremos, a resposta de Hume à segunda questão implica uma resposta negativa à primeira.

Suponhamos que um homem acorde num lugar desabitado, tendo perdido sua memória relativa às experiências anteriores ligadas à alimentação, embora mantendo todas as suas faculdades intelectuais em perfeitas condições. Ao sentir fome, esse homem não saberia o que fazer, mesmo tendo diante de si uma árvore cheia de frutos. Não associaria a sensação desagradável que experimenta a uma ausência que poderia ser preenchida e satisfeita com a ingestão do fruto. Se este, por acaso, lhe chamasse a atenção, por mais que o examinasse, não seria capaz de saber que ao ingeri-lo sentir-se-ia alimentado, pois teria acesso apenas às suas qualidades superficiais sensíveis, como a cor e a consistência, e não a qualquer poder ou princípio secreto da nutrição responsável pela produção do efeito particular, o fim da fome. Esse efeito, satisfação inerente à eliminação da tensão da fome, é um fenômeno totalmente distinto da causa, o fruto, não podendo, assim, ser encontrado nela. A continuar essa situação, nosso personagem morreria de fome, mesmo tendo à sua disposição os meios para eliminá-la.

Suponhamos que, em vez disso, nosso homem faminto observe um pássaro comendo a fruta e resolva imitá-lo. Ao ingerir o alimento, perceberá o desaparecimento da sensação desagradável. Não decorre daí que já associe os dois eventos e que da próxima vez que sentir fome alimentar-se-á do fruto; tudo depende do quanto outras experiências anteriores, não ligadas à alimentação, possam contribuir para isso. É a repetição da experiência acima que propiciará a associação entre a ingestão do fruto e a eliminação da fome, ou seja, após um certo número de vezes em que houver a conjunção entre esses eventos haverá um momento em que o nosso personagem verá o fruto e imaginará o fim da fome, ou seja, terá a expectativa de que

<sup>2</sup> Essa exposição se restringe à análise que Hume faz das ciências empíricas, ou seja, aquelas que envolvem o que o filósofo denomina de “questões de fato”. Desse modo, não trataremos daquelas áreas que estão no campo das “relações de idéias”, como é o caso da Matemática.

ao ingeri-lo experimentará a mesma sensação que vivenciou anteriormente, embora continue conhecendo apenas as qualidades sensíveis superficiais da fruta.

Procuramos, com esse exemplo, ilustrar, ainda que de forma sucinta, o que, segundo Hume, ocorre em todas as situações em que se estabelece relação causal. A causa ou o efeito nunca podem ser estabelecidos a priori, ou seja, sem a experiência não somos capazes de saber que a água, transparente e fluida, impede a respiração, que a pólvora produz uma explosão, que um fruto nos alimenta ou envenena. A associação entre dois fenômenos como causa e efeito depende da experiência repetida, embora essa mesma experiência não nos dê a ligação causal. O que ela nos dá são eventos soltos e separados, um acompanhando, seguindo, o outro, em conjunção, mas não em conexão: “jamais podemos observar um laço entre eles” (p.101). Se a experiência nos desse um laço entre fenômenos, bastaria uma única vez para que estabelecêsemos a ligação entre eles, enquanto que, de fato, só os ligamos após a repetição da conjunção. É claro que uma só experiência bastaria no caso de fenômenos que, embora novos, são análogos a outros já conhecidos. Diante de um objeto que vemos pela primeira vez, acreditamos que ele cairá se o soltarmos, por causa da experiência passada com outros objetos, mas se não houvesse nenhuma experiência anterior análoga, qualquer predição acerca da direção que o objeto tomaria, seria arbitrária.

“Quando um objeto ou evento natural se revela, não há sagacidade ou penetração que nos permita descobrir, ou mesmo conjecturar, sem o auxílio da experiência, qual evento resultará dele ou de levar-nos a antever além do objeto presente imediatamente à memória e aos sentidos. Mesmo depois de averiguarmos que num caso ou experimento um evento específico acompanha outro, não julgamos lícito formular uma regra geral ou predizer o que ocorrerá em situações análogas, pois seria temeridade imperdoável julgar de todo o curso da natureza partindo de um único experimento, por mais exato e seguro que fosse. Mas quando determinada espécie de eventos se mostra sempre e em todas as situações conjuntada a outra, não sentimos escrúpulos em predizer um ao surgir o outro, utilizando-nos, pois, do único tipo de raciocínio que pode assegurar sobre as questões de fato e de existência. Denominamos, então, um dos objetos *causa* e o outro *efeito*” (p.101).

Entretanto, o estabelecimento de conexão causal não depende apenas da repetição da experiência. Afinal, poderíamos experienciar várias vezes objetos em sucessão e não os conectar. Para Hume, tal ligação deve-se, também, à atividade de um “princípio da natureza humana”: o costume ou hábito. O hábito é o “princípio da natureza humana” que dota a experiência de “forte autoridade”, sendo o responsável pela “propensão a renovar” um ato ou operação a partir da repetição do mesmo: “depois da conjunção constante de dois objetos, por exemplo, calor e chama, peso e solidez, unicamente o costume nos determina a esperar um por causa do aparecimento do outro” (p. 86). Em outras palavras, a “transição do pensamento da causa ao efeito” decorre tanto da experiência repetida quanto do hábito:

“como o espírito tem encontrado em numerosos casos que dois gêneros quaisquer de objetos - a chama e o calor, a neve e o frio - sempre têm estado em conjunção, se, de novo, a chama ou a neve se apresentarem aos sentidos, o espírito é levado pelo costume a esperar calor ou frio, e a *acreditar* que esta qualidade existe realmente e que se manifestaria se estivesse mais próxima de nós. Esta crença é o resultado necessário de colocar o espírito em determinadas circunstâncias” (p. 88).

Isso significa que a conexão causal não é dada em momento algum na natureza, que é o espírito que a realiza em seu pensamento, de tal modo que passa a acreditar que ela realmente existe entre os fenômenos. Decorre daí que, de fato, não temos nenhuma garantia de que exista uma ligação causal entre fenômenos, não sendo possível saber se da próxima vez em que um fenômeno que tem sido acompanhado de outro aparecer o outro também aparecerá. Ou seja, não podemos estender como necessidade para o futuro o que presenciamos na experiência passada. Conforme nosso exemplo, não há garantias para nosso personagem de que da próxima vez que ingerir um fruto parecido com outro que ingeriu anteriormente, ocorrerá o mesmo resultado. A experiência passada dá informação “direta e segura apenas sobre determinados objetos em determinados períodos do tempo”, não havendo necessidade de que seja “estendida a tempos futuros e a outros objetos que, pelo que sabemos, unicamente são similares em aparência” (p. 82). Para Hume, não são de modo algum iguais as duas proposições: “*encontrei que tal objeto sempre tem sido acompanhado por tal efeito, e prevejo que outros objetos que são em aparência semelhantes, serão acompanhados por efeitos semelhantes*” (p. 82). Nem se pode alegar a regularidade da natureza para fundar tal expectativa, pois é a própria necessidade dessa regularidade que está em questão.

“Quando uma pessoa afirma: *tenho encontrado em todos os casos anteriores tais qualidades sensíveis conjugadas com tais poderes ocultos*, e quando assevera: *qualidades sensíveis semelhantes estarão sempre conjugadas com poderes ocultos semelhantes*, não pode ser acusada de tautologia, pois estas proposições diferem em todos os aspectos. Dizeis que uma proposição é inferida da outra, porém deveis admitir que a inferência não é intuitiva, nem tampouco demonstrativa. De que natureza é ela então? Responder que deriva da experiência significa cometer uma petição de princípio. Porque todas as inferências provenientes da experiência supõem, como seu fundamento, que o futuro se assemelhará ao passado, que poderes semelhantes estarão conjugados com qualidades sensíveis semelhantes. Se subsistir qualquer dúvida de que o curso da natureza pode mudar e que o passado não pode servir de modelo ao futuro, toda experiência se tornaria inútil e não geraria nenhuma inferência ou conclusão. É inconcebível, portanto, que qualquer argumento tirado da experiência possa provar a semelhança do passado ao futuro, já que estes argumentos se baseiam na suposição daquela semelhança. Concordais que o curso das coisas tenha sido sempre tão regular. Apenas esta constatação, sem novo argumento ou inferência, não é prova suficiente de que no futuro continuará assim. Em vão pretendereis ter conhecido a natureza dos corpos a partir de vossa experiência passada. Sua natureza oculta e, por conseguinte, todos os seus efeitos e toda sua ação podem mudar, sem que haja qualquer modificação em suas qualidades sensíveis. Certamente, isso ocorre algumas vezes, e com relação a alguns objetos. Por que não poderia ocorrer sempre, e com relação a todos os objetos? Qual lógica, qual processo de raciocínio vos assegura contra esta conjetura?” (p. 83)

O tom negativo da tese de Hume, segundo a qual não temos acesso nem aos poderes nem às forças que governam a natureza e, conseqüentemente, não temos nenhuma garantia em relação às conexões causais que estabelecemos e à realização de nossas expectativas no futuro, diz respeito às pretensões absolutistas de nosso conhecimento teórico. Mas há uma positividade que não deve ser ignorada: a função prática do hábito. Para Hume, o hábito é “o grande guia da vida humana”, mais ainda, o “único guia da vida humana”, o qual é responsável por tornar a nossa experiência útil para o futuro. É o hábito que

nos permite “ajustar os meios em função dos fins”, pois, sendo o fim o efeito, utilizamos como meio aquilo que no passado o precedia: se o fim é eliminar a fome, ingerimos o fruto. Sem o costume seria “o fim de toda ação como também de quase toda especulação” (p. 87). É o costume responsável pela harmonia entre o curso da natureza e a sucessão de nossas idéias a qual é tão necessária à sobrevivência.

“O costume é o princípio que tem realizado esta correspondência, tão necessária para a conservação de nossa espécie e para o regulamento de nossa conduta em todas as circunstâncias e situações da vida humana. Se a presença de um objeto não despertasse instantaneamente a idéia dos objetos que comumente estão unidos a ele, todo nosso conhecimento deveria limitar-se à estreita esfera de nossa memória e de nossos sentidos, e jamais seríamos capazes de adaptar os meios em vista dos fins ou de empregar nossos poderes naturais para produzir o bem ou evitar o mal.” (p. 92)

Hume contrapõe o hábito à razão, considerando-o como uma espécie de “instinto natural” ou “tendência mecânica” que “pode ser infalível em suas operações e pode revelar-se a partir do nascimento da vida e do pensamento e, demais, independe de todas as elaboradas deduções do entendimento” (p. 92). É o hábito o responsável pela conservação dos seres humanos e não a razão, que é lenta, não se manifesta na infância e está sempre sujeita ao erro. Hume não deixa dúvidas a respeito da função antes prática do que teórica do hábito:

“Do mesmo modo que a natureza nos ensinou a usar nossos membros sem esclarecer-nos acerca dos músculos e nervos que os movem, ela também implantou em nós um instinto que impulsiona o pensamento num processo correspondente ao estabelecido entre os objetos externos, embora mantendo-nos ignorantes destes poderes e forças dos quais dependem totalmente o curso regular e a sucessão dos objetos.” (p. 92)

Essa natureza instintual do hábito é enfatizada por Hume, ao postular que não há diferença de natureza entre os homens e os animais, no que diz respeito ao funcionamento do entendimento. Os animais, como os homens, “aprendem muitas coisas da experiência e inferem que os mesmos eventos resultam sempre das mesmas causas”. Em outras palavras, “o animal infere um fato que ultrapassa aquilo que impressiona imediatamente seus sentidos”, fundando-se na experiência passada e esperando “os mesmos resultados que, em sua observação sempre tem visto derivar de objetos semelhantes” (p.115).

Hume sabe o quanto seria difícil para nós explicar tal aprendizado dos animais pela razão ou por raciocínios que são demasiado abstrusos para um entendimento limitado de seres “irracionais”. A inferência de efeitos a partir de causas, a qual é tão importante para a nossa sobrevivência, não foi “confiada a um processo inseguro do raciocínio e da argumentação”. O “raciocínio experimental”, comum aos homens e aos animais e indispensável à sua conduta na vida é, de fato, “uma espécie de instinto ou de poder mecânico agindo em nós de um modo desconhecido de nós mesmos” (p. 115).

Se, conforme os termos de Hume, o estabelecimento de relação causal decorre da ação do hábito, instinto responsável pelo conhecimento tanto do homem quanto do animal, é inevitável que advenham daí implicações para a ciência e sua pretensão de verdade. Afinal, como dissemos no início dessa seção, a identificação da causa, ou das causas, de um fenômeno é um componente fundamental da explicação científica.

## Ciência: crença fundamentada

Embora não seja possível saber se, de fato, há uma conexão causal entre dois fenômenos, já que o hábito, responsável pela inclinação irresistível para conectar fenômenos que no passado apareceram juntos, pode produzir um resultado “errôneo e enganador” (p.142), não se segue daí que tal conexão seja necessariamente errônea. Ela é justificada pragmaticamente, sendo legítima quando está de acordo com a experiência passada e só nesse caso. A experiência é “o nosso único guia no raciocínio sobre as questões de fato” (p.118), é ela que torna legítimo falar em prova ou em probabilidade, ou, em outras palavras, é dela que advêm os vários graus de certeza. Como diz Hume, se a experiência passada é infalível, ou seja, se a sucessão de eventos sempre ocorreu da mesma maneira, é legítimo esperar com o máximo grau de segurança a repetição da mesma sucessão, e considerar o passado como prova em relação ao futuro. Caso haja experiências contrárias no passado, deve-se inclinar para o lado do maior número delas, constituindo, assim, probabilidades em relação aos eventos futuros.

“Toda probabilidade, portanto, supõe uma oposição de experiência e de observações, na qual um dos lados sobrepuja o outro e produz um grau de evidência proporcional à superioridade. Cem casos ou experiências de um lado e cinquenta do outro fornecem uma expectativa duvidosa de qualquer evento; contudo, cem experiências uniformes, com apenas uma que é contraditória, engendram racionalmente um grau bastante alto de segurança. Em todos os casos, devemos contrabalançar as experiências opostas, se são opostas, e subtrair os números menores dos maiores a fim de conhecer a força exata da evidência superior.” (p.118)

Desse modo, quer se trate de prova ou de probabilidade, é sempre a experiência que deve ser tomada como referência fundamental, tanto no caso do conhecimento prático cotidiano quanto no caso da ciência, pois, para Hume, é a experiência “que nos assegura a respeito das leis da natureza” (p. 120). Ora, são exatamente as leis da natureza que a ciência quer encontrar, só que, nesse caso, o estabelecimento de relação causal opera num nível diferente daquele do conhecimento prático cotidiano. Nesse sentido, Hume distingue como qualidades de um homem de ciência a atenção, a memória e a observação elevadas a um alto grau. São essas qualidades que permitem a um homem abarcar “todo o sistema de objetos e inferir acertadamente suas conseqüências”, apropriar-se de uma complicação de causas, “manipular uma cadeia de conseqüências mais longa”, distinguir idéias sem misturar umas com as outras. Além da atenção, o rigor e a sutileza são também importantes para identificar a causa que geralmente está “envolta em circunstâncias que lhe são estranhas e extrínsecas. Um homem de “entendimento amplo” possui ainda outras qualidades: a experiência, adquirida através de vários meios, como livros e diálogos, a qual contribui para a sugestão de analogias, e a prudência, evitando precipitar-se quando se trata de estabelecer “princípios gerais a partir de observações particulares”, não seguindo tendências relacionadas aos seus preconceitos, educação, paixão, partido político, etc.

Ao destacar as qualidades dos homens de entendimento superior, Hume acaba por sugerir os meios que devem ser utilizados e os cuidados que devem ser tomados para que a atribuição de causalidade seja legítima. Essas regras são válidas principalmente naqueles casos em que a sucessão de eventos não é imediatamente visível. Embora a aplicação dessas e de

quaisquer outras sugestões metodológicas não constitua nenhuma garantia a respeito da ligação causal que estabelecemos, ela legítima toda crença “que nasce de uma conjunção costumeira do objeto com alguma coisa presente à memória e aos sentidos” (p. 90). Como veremos, Hume considera que a metafísica é uma crença arbitrária, justamente porque despreza o tratamento adequado à experiência.

### **Metafísica: ficção da imaginação**

De acordo com o que vimos até o momento, a experiência passada, partilhada e bem conduzida, a partir da qual se constitui a prova ou a probabilidade, deve ser usada como parâmetro para se avaliarem as várias formas de conhecimento. Estas serão caracterizadas como “crença sem fundamento”, como “ficção da imaginação”, quando não a respeitam. É o que ocorre com as teses metafísicas as quais se apoiam em fatos sobrenaturais, os milagres, ou em argumentos racionais. Consideremos, inicialmente, os argumentos de Hume contra a existência de milagres.

Os milagres caracterizam-se fundamentalmente por violarem as leis da natureza. Como essas leis foram estabelecidas a partir de “uma experiência constante e inalterável”, condição necessária e suficiente para que se as considere como provadas, elas constituem-se “uma *prova* direta e completa, tirada da natureza fática contra toda a existência de um milagre”. Uma prova a favor de um milagre tem de ser superior àquela contra ele. Ora, pelo próprio fato de apresentar-se como evento raro e não passível de controle experimental, a existência efetiva de um milagre depende diretamente da qualidade das testemunhas. O que se exige delas é que tenham tais qualidades que tornariam sua falsidade “ainda mais miraculosa que o fato que pretende estabelecer... Se a falsidade de seu testemunho fosse ainda mais miraculosa que o evento que relata, agora e somente agora, pode pretender orientar minha crença e minha opinião” (p.120).

Nesse sentido, são importantes para a validação de um fato milagroso - trata-se, de fato, de regras metodológicas que devem servir para todos os fatos - tanto o modo como os testemunhos são produzidos, quanto sua concordância, caráter e número. Fatos miraculosos não devem ser aceitos se “as testemunhas se contradizem entre si, quando são poucas e de caráter duvidoso, quando têm algum interesse pessoal naquilo que afirmam, quando enunciam seu testemunho com hesitação ou, pelo contrário, com afirmações mui violentas” (p.120). Enfim, para que um evento miraculoso seja aceito, deve atender às seguintes exigências: Ser testificado por um número suficiente de homens instruídos e de bom senso, íntegros e de tal reputação que teriam muito a perder “se fossem descobertos em alguma falsidade”; ocorrer “de um modo tão público e numa parte do mundo tão famosa que seria inevitável a descoberta da falsidade”; não haver um grande número de testemunhos contrários.

Para Hume, jamais houve um milagre estabelecido sobre uma “evidência tão completa”: Os relatos miraculosos “proliferam principalmente entre as nações ignorantes e bárbaras e seu número diminui “à medida que nos aproximamos das épocas das luzes”; os milagres são em geral testificados por aquela maioria dominada pela “paixão pela surpresa” e pelo “amor pelo maravilhoso”, o qual é freqüentemente vítima da eloqüência que se dirige à sua fantasia e aos seus afetos, sobrepujando sua razão e reflexão. Hume entende que os “numerosos exemplos de milagres forjados, de profecias e de eventos sobrenaturais que, em todas as épocas, têm sido revelados por testemunhos que se opõem ou que se retratam a si mesmos por seu absurdo,

são provas suficientes da forte tendência humana para o extraordinário e o maravilhoso, e deveriam razoavelmente engendrar suspeitas contra todos os relatos deste gênero” (p. 122).

Hume conclui, assim, que nenhum testemunho a favor de um milagre constitui uma prova, nem mesmo tornou-o provável. Mesmo que o testemunho seja confiável, não é conclusivo, já que contraria a experiência a qual deve nos assegurar “a respeito das leis da natureza”. Para o filósofo, quando duas espécies de experiências são contrárias,

“resta-nos o recurso de subtrair uma da outra e aceitar uma opinião, tendendo para um dos dois lados, com a segurança originada do resto. Mas, de acordo com o princípio aqui explicado, este resto, concernente a todas as religiões populares, equívale a uma completa anulação; e, portanto, podemos estabelecer como princípio que nenhum testemunho humano é dotado de suficiente força para provar um milagre e torná-lo a base justa de um determinado sistema religioso.” (p. 127)

Hume critica também os argumentos racionais causais propostos pelos teólogos em favor de suas teses metafísicas. Consideremos, por exemplo, a principal prova a favor da existência de Deus, o argumento que vai dos efeitos às causas. De acordo com esse argumento, a natureza revela uma ordem que é marca de uma inteligência e de um desígnio tais que seria extravagância considerarmos como sua causa o acaso ou uma força material cega e descontrolada: “Da ordem da obra inferis o que deve haver estado projetado e preconcebido no obreiro”. Daí se postular que Deus, ou os deuses, são os autores da existência ou da ordem do universo, possuindo poder e inteligência suficientes para isso.

Para Hume, tal princípio é incerto, porque “está inteiramente fora do alcance da experiência humana”. Não se pode conhecer uma causa apenas a partir de seu efeito, ainda mais quando não há nenhuma analogia com “qualquer outra causa ou objeto que haja caído sob nossa observação”. O argumento utilizado para provar a existência de Deus contraria o modo pelo qual é legítimo o estabelecimento de relação causal:

“apenas quando duas *espécies* de objetos se mostram constantemente ligadas, podemos inferir uma partindo da outra, mas se se apresentasse um efeito completamente singular que não pudesse ser incluído em nenhuma das espécies conhecidas, não vejo como poderíamos formular qualquer conjetura ou inferência absolutamente referente a sua causa. Se a experiência, a observação e a analogia são, certamente, os únicos guias que podemos razoavelmente seguir em inferências desta natureza, tanto o efeito quanto a causa devem ter uma semelhança com outros efeitos e outras causas, observados em vários outros casos conjuntados uns com os outros...” (p. 136)

Daí Hume afirmar com um tom provocativo que jamais nenhum filósofo racional e modesto “pretendeu indicar a causa última de qualquer fenômeno natural, ou mostrar distintamente a ação do poder que produz qualquer efeito singular no universo”. A razão humana pode “reduzir à sua maior simplicidade os princípios que produzem os fenômenos naturais; e restringir os múltiplos efeitos particulares a um pequeno número de causas gerais, mediante raciocínios baseados na analogia, na experiência e na observação” e chegar, quando muito, a princípios como a “elasticidade, a gravidade, a coesão das partes, a comunicação de movimentos por impulso”. Para Hume, esses “são provavelmente as causas e princípios últimos que sempre descobriremos na natureza”. Não podemos ir além disso, a causa dessas causas gerais é inacessível: “Estas fontes e estes princípios últimos estão totalmente vedados à curiosidade e à investigação humanas” (p. 80).



O alcance da crítica de Hume à metafísica, bem como a preocupação em distingui-la das formas legítimas de conhecimento, tais como a Matemática e a Física, revela-se claramente nas contundentes últimas linhas que sugerem a intenção e encerram sua *Investigação acerca do Entendimento Humano*.

“Se examinarmos, por exemplo, um volume de teologia ou de metafísica escolástica e indagarmos: *Contém algum raciocínio abstrato acerca da quantidade ou do número?* Não. *Contém algum raciocínio experimental a respeito das questões de fato e de existência?* Não. Portanto, lançai-o ao fogo, pois não contém senão sofismas e ilusões.” (p. 145)

## Conclusão

O nosso objetivo foi mostrar que, embora Hume não desenvolva uma reflexão sistematizada a respeito da natureza do conhecimento científico, há em sua obra elementos suficientes que permitem separar o problema da verdade do problema da cientificidade e distinguir conhecimentos legítimos dos pseudoconhecimentos. Encontramos já em Hume uma posição que prevalece na Filosofia da Ciência, ou seja, de um lado, a renúncia ao estabelecimento de critérios absolutos de verdade, e de outro, a preocupação em definir a ciência de tal modo que se possa distingui-la de outras formas de conhecimento. Em outras palavras, o que se vê, em geral, são os filósofos da ciência preocupados em estabelecer uma demarcação entre os conhecimentos que devem ser considerados legítimos e aqueles outros que teriam, quando muito, um interesse cultural e, quem sabe, social.

A preocupação com a demarcação parece, sem dúvida, justificada, na medida em que permite separar conhecimentos que são produzidos seriamente, com rigor e método, das várias formas de pseudociência, permitindo, assim, o combate ao charlatanismo. Mas isso não impede que também possa se constituir como obstáculo ao avanço do conhecimento. Contudo, independentemente das motivações para se estabelecer ou não uma demarcação entre ciência e metafísica, para se hierarquizarem as várias formas de conhecimento, o que é fundamental é a consistência dos argumentos a seu favor e, nesse sentido, a questão não está ainda resolvida.

Parece-nos que o próprio Hume, na medida em que destruiu a possibilidade de estabelecer a verdade no âmbito da ciência, deu um passo que tornaria inevitáveis as dificuldades em torno da demarcação entre ciência e não ciência.

## Referências bibliográficas

- HUME, D. *Investigação acerca do entendimento humano*. In: *Os Pensadores*. São Paulo, Nova Cultural, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Tratado de la natureza humana*. Buenos Aires, Hyspamerica Ediciones Argentinas, 1984.

